



**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS**  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA  
Rua São Luís, 77 - Bairro Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: (51) 3320-2100  
- [www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo nº 2025.000020049-0

### **1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO:**

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de garantia e continuidade, manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças originais DELL, suporte técnico e continuidade operacional de servidores PowerEdge 2900, VRTX (CHASSI), M520 (Blade), R540, T630 e T710 e storage PowerVault TI 1000 da marca DELL, pertencentes ao CREA-RS.

### **2. FUNDAMENTAÇÃO / JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

A presente contratação tem por objetivo assegurar a continuidade operacional e a confiabilidade da infraestrutura de Tecnologia da Informação do CREA-RS, por meio da prestação de serviços de garantia e continuidade, incluindo manutenção preventiva, corretiva, substituição de peças originais DELL, substituição de servidores (sendo fornecido servidor de mesma capacidade ou superior, sem custo adicional) e suporte técnico especializado dos servidores e do storage corporativo da marca DELL, atualmente em uso no ambiente institucional.

Os equipamentos abrangidos são os servidores DELL PowerEdge, modelos 2900, VRTX (CHASSI), M520 (Blade), R540, T630 e T710 e o storage DELL PowerVault TL1000, que compõem a base física da infraestrutura que sustenta os sistemas administrativos e operacionais.

A manutenção contínua desses equipamentos é essencial para assegurar a disponibilidade dos sistemas e dados, evitar interrupções de serviço e reduzir riscos de falhas em hardware. Considerando que parte significativa do parque encontra-se em operação há vários anos, torna-se imprescindível o suporte técnico especializado, com substituição de peças originais e atendimento corretivo imediato em caso de incidentes.

Além disso, a opção por contratar empresa especializada, em substituição ao suporte direto do fabricante ou à aquisição de novos equipamentos, foi considerada a solução mais vantajosa após análise técnica e de mercado, por garantir:

- a) Atendimento técnico qualificado e cobertura total de todos os equipamentos;
- b) Redução de custos frente às demais alternativas avaliadas;
- c) Manutenção do parque instalado sem necessidade de novos investimentos de capital;
- d) Agilidade na reposição de peças e correção de falhas, garantindo continuidade dos serviços essenciais.

Dessa forma, a contratação proposta é justificada tecnicamente pela necessidade de preservar a estabilidade e a segurança da infraestrutura de TI do CREA-RS e economicamente fundamentada por representar a alternativa de menor custo e maior eficiência operacional frente às demais soluções disponíveis.

### **3. DETALHAMENTO/ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:**

O objeto desta contratação enquadra-se como serviço comum de natureza continuada, nos termos da lei 14.133/2021, por tratar-se de equipamento de informática com especificações padronizadas e amplamente disponíveis no mercado e devendo atender obrigatoriamente às especificações mínima, conforme a:

**TABELA I – Descrições Técnicas dos Equipamentos**

Quantidade	Descrição (Servidor)	Característica	Identificação
1	PowerEdge 2900	<b>Processador:</b> 2x Intel Xeon E5430 <b>Memória:</b> 32 GB (8x 4 GB) DDR-667 <b>Discos:</b> 6x SAS 300GB 15k 3.5", 4x SATA 3TB 7.2k 3.5", 4x SATA 8TB 7.2k 3.5"	Service Tag: j5H36J1
1	PowerEdge VRTX (CHASSI)	<b>CMC:</b> Redundant (dual) <b>I/O:</b> R1-2401 VRTX 1 gb Swtich <b>Controller:</b> SPERC 8 <b>Discos:</b> 4x SAS 600GB 15k 3.5", 8x SAS 2TB 7.2k 3.5"	Service Tag: 32S5Q22
4	PowerEdge M520 (Blade)	<b>Processador:</b> 2x Intel Xeon E5-2450 <b>Memória:</b> 128 GB (8x 8GB e 4x 16 GB) DDR3-1600 <b>Discos:</b> 2x SAS 300GB 10k 2.5" 6Gbps, 3x SAS 8TB 7.2k 3.5"	Service Tag: 3YLQF22, 4ZLQF22, GZLQF22 e 7VKQF22
1	PowerEdge R540	<b>Processador:</b> 2x Intel Xeon Silver 4114 <b>Memória:</b> 128 GB (8x 16 GB) DDR4-2400 <b>Discos:</b> 2x SAS 600GB 15k 3.5" 6Gbps	Service Tag: 69KDQM2
1	PowerEdge T630	<b>Processador:</b> 1x Intel Xeon E5-2697 v4 <b>Memória:</b> 192 GB (12x 16 GB) DDR4-2400 <b>Discos:</b> 2x SAS 600GB 15k 3.5", 7x SAS 4TB 7.2k 3.5", 9x SAS 8TB 7.2k 3.5"	Service Tag: 5PBF8M2
2	PowerEdge T710	<b>Processador:</b> 2x Intel Xeon E5620 <b>Memória:</b> 64 GB (8x 8 GB) DDR3-1333 <b>Discos:</b> 6x SAS 600GB 15k 3.5"	Service Tag: 467BFp1 e 40FBSS1
1	PowerEdgeVault 1000 TL	<b>Drive:</b> IBM LTO6 HH FC ULT3580-HH6 <b>Fitas:</b> 8 Fitas LTO6 <b>Fita de Limpeza:</b> 1	Service Tag: 38B7G52

A prestação dos serviços deverá contemplar:

a) Serviço de garantia e continuidade, incluindo manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos listados na **Tabela I – Descrições Técnicas dos Equipamentos**, com substituição de peças originais DELL (garantia de 12 meses) ou dos servidores/storage (sendo fornecidos com a mesma capacidade ou superior, sem custo adicional);

- a.1) Inspeções periódicas para identificar falhas em potenciais;
- a.2) Limpeza e verificação de integridade de componentes internos;
- a.3) Substituição de peças defeituosas, por novas e originais;
- a.4) Atualizações de firmware, BIOS e drivers recomendado pela DELL;

b) Em caso de perda total dos servidores ou storage, o fornecimento de equipamentos equivalentes ou superiores, novos de primeiro uso e da mesma marca, para substituição;

c) Possibilidade de remover ou agregar servidores conforme a necessidade do contratante, sem aviso prévio, sem gerar multas, sem onerar no tempo da prestação do serviço, sem gerar carência para os servidores adicionados posteriormente;

d) Na eventualidade de algum servidor ser removido do serviço contratado, o valor cobrado pelo mesmo deve ser encerrado no momento em que for dada ciência à contratada, sem gerar multa ou outro tipo de cobrança adicional ou residual;

e) Tolerância de carência máxima de até 6 (seis) meses de contrato, contados do início da vigência contratual, para a remoção de servidores ou storage do serviço contratado descrito na Tabela I – Descrições

Técnicas dos Equipamentos;

f) A garantia deverá contemplar os novos servidores ou storage adicionados posteriormente, que não estão relacionados na Tabela I – Descrições Técnicas dos Equipamentos, sem gerar carência;

g) Os atendimentos serão acionados por meio dos canais disponibilizados pela empresa contratada, tais como: e-mail, telefone, celular, whatsapp, web page, sistema próprio ou por outro meio de contato em comum acordo entre as partes;

h) Atendimento técnico especializado, preferencialmente remoto, com disponibilidade de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, quando aplicável, ou presencial, sempre que necessário, sem custo adicional, incluindo deslocamento, realizado por profissionais certificados ou com comprovada capacitação técnica nos equipamentos da contratação;

h.1) Atendimento em horário comercial de segunda a sexta-feira, das 8:00h às 18:00h, exceto feriados, para ocorrências não críticas;

h.2) O atendimento deverá ocorrer em até 4 (quatro) horas, com solução em até 6 (seis) horas, para ocorrências classificadas conforme SLA, independentemente de o problema estar relacionado a hardware ou software;

i) Os tempos de resposta e de solução deverão estar definidos em contrato, observando-se o SLA, compatível com a criticidade dos serviços.

i.1) Para falhas críticas (emergencial), caracterizadas pela indisponibilidade total de servidor ou storage, deverão ser observados, no mínimo, os seguintes prazos: tempo máximo de resposta de até 2 (duas) horas úteis e o tempo máximo de solução de até 6 (seis) horas úteis, salvo necessidade de importação de peças, devidamente justificada, conforme SLA;

i.2) Para as demais falhas, os prazos deverão seguir a classificação e os tempos definidos no SLA;

j) Suporte técnico de hardware e firmware dos servidores e do storage;

l) O transporte e substituição de peças serão de responsabilidade exclusiva da contratada, sem custo adicional;

m) Quando houver necessidade de retirada do equipamento para reparo em bancada, a contratada deverá providenciar comunicação prévia, autorização formal da área de TI e registro da movimentação no relatório técnico;

n) Assistência para configuração de redes simples com ou sem fio;

o) Garantia de disponibilidade operacional mínima de 99% dos equipamentos cobertos, durante vigência do contrato;

#### 4. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO:

O levantamento de mercado realizado identificou modelos distintos de formação de preços entre as instituições e fornecedores consultados, os quais apresentaram propostas estruturadas de forma heterogênea, incluindo, valores globais por empresa, valores por lote de servidores, valores por unidade de servidores e em um dos casos, valores segregados para servidores e storage, conforme demonstra o quadro abaixo:

EMPRESA	Equipamento Abrangido	Quantidade	VALOR Unitário	Valor Total
SEDESE	Servidores DELL – PowerEdge, R710, R720 e R730	6 (lote)	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00
Câmara Municipal de Campinas	Servidores DELL – R540, R640 e storage	2 (servidores) e 1 (storage)	R540 - R\$ 5.122,00, R640 - R\$ 6.830,00 e Storage – R\$ 212.682,06	R\$ 224.634,06
Prefeitura de Dias D'Ávila	Servidores DELL PowerEdge R550	3 (servidores)	R\$ 14.277,66	R\$ 42.832,98
Link Informática Eireli	Servidores DELL – PowewrEdge 2900, VRTX, M520, R540, T630, T10 e storage PowerVault TL1000	10 (Servidores) e 1 (storage) - LOTE	R\$ 3.999,99 - obs. valores do último contrato	R\$ 3.999,99

Diante dessa diversidade de modelos de precificação, optou-se, para fins de estimativa do valor da contratação, pela utilização dos valores globais mensais apresentados por empresa para o conjunto de servidores, independentemente da quantidade de equipamentos abrangidos em cada proposta, por refletir, de forma mais fidedigna e juridicamente segura, a realidade do mercado de serviços continuados de suporte, manutenção e garantia de servidores corporativos, pelos seguintes motivos:

a) **Natureza do objeto:** O objeto da contratação consiste na prestação de serviços continuados de garantia, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico especializado e continuidade operacional, cuja precificação, no mercado, é usualmente definida por contrato global, considerando fatores como criticidade, complexidade do ambiente, diversidade tecnológica, tempo de resposta (SLA) e risco operacional e não exclusivamente pela quantidade de equipamentos.

b) **Evita distorções artificiais de valores unitários:** A conversão de contratos globais em valores unitários por servidor, embora tecnicamente possível, introduz distorções relevantes, especialmente quando há contratos legados, amortizados ou firmados em condições excepcionais, como é o caso do contrato vigente com a empresa Link Informática. A divisão aritmética simples pode gerar valores subestimados ou superestimados, comprometendo o princípio da vantajosidade e a aderência ao mercado atual.

c) **Maior robustez estatística para fins de disputa:** A utilização dos valores globais mensais por empresa permite a formação de uma amostra comparável, sem a necessidade de ajustes artificiais, garantindo maior segurança jurídica na definição do valor estimado para disputa, especialmente quando utilizada conjuntamente a média aritmética e a mediana.

Para fins de cálculo da média aritmética e da mediana, foram considerados exclusivamente os valores mensais relacionados aos serviços de servidores, excluindo-se o valor de storage, quando apresentado de forma segregada.

Os valores considerados foram:

R\$ 3.999,99 - Link Informática (contrato vigente - valor global mensal)

R\$ 11.952,00 - Câmara Municipal de Campinas (somatório dos servidores R540 e R640)

R\$ 18.000,00 - SEDESE (lote de 6 servidores)

R\$ 42.277,66 - Prefeitura de Dias D'Avila (3 servidores)

Total da amostra: **R\$ 76.884,97**

Com base na amostra acima, obteve-se:

Média aritmética: R\$ 19.221,24

**Mediana: R\$ 14.976,00 (MÉDIA PARA DISPUTA - VALOR MENSAL)**

A **MEDIANA** foi adotada como referência principal para o valor estimado mensal para disputa, por representar o ponto central da amostra e reduzir o impacto de valores extremos, atendendo às boas práticas de estimativa de preços em contratações públicas.

#### **Tratamento dos valores de storage**

Em relação aos serviços de suporte e manutenção de storage, verificou-se que apenas a Câmara Municipal de Campinas apresentou valor individualizado e explícito, no montante mensal de R\$ 212.682,06, as demais propostas não contemplaram storage de forma segregada ou não discriminaram valor específico, como no caso do contrato vigente com Link Informática.

Dessa forma, não foi possível compor amostra estatisticamente significativa para cálculo de média e mediana, motivo pelo qual o valor identificado foi utilizado exclusivamente como referência de mercado, devidamente registrado no processo.

#### **Conclusão**

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em critérios técnicos, transparentes e verificáveis, observando a realidade de formação de preços do mercado, a natureza continuada do serviço, e os princípios da razoabilidade, economicidade e vantajosidade.

## 5. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. Conforme pesquisa prévia junto à Contabilidade, e com base na informação prestada no e-mail datado de 23/12/25 por Roberto Prates Machado, onde informa a disponibilidade orçamentária no centro de custo 3.09.1 – Gerência de Tecnologia da Informação (GTIN) conforme abaixo:

**Rubrica Orçamentária: 6.2.2.1.1.01.04.09.029 – Manutenção e Conversão de bens Móveis** corresponde ao valor de R\$ 554.824,04 (quinhentos e cinquenta e quatro mil e oitocentos e vinte e quatro reais e 4 centavos), previsto para o exercício de 2026.

5.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, se for o caso, será indicada após aprovação do orçamento anual respectivo e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento ou termos aditivos e emissão de empenhos complementares.

## 6. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

6.1. O objeto desta contratação será recebido após a avaliação do fiscal do contrato.

6.2. Correrão por conta da contratada todas as despesas para realização das atividades descritas no termo de referência deste edital tais como: seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais custos decorrentes da prestação dos serviços contratados.

6.3. Se constatadas irregularidades na execução do objeto contratual o CREA/RS poderá rejeitá-la no todo ou em parte, determinando sua correção integral, ou parcial, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

## 7. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA/EXECUÇÃO:

7.1. O contrato terá vigência até a entrega definitiva e o recebimento do equipamento sem prejuízo da garantia contratual.

7.2. A manutenção preventiva, corretiva e de substituição de peças ou servidores deverão ser realizadas no endereço da sede do CREA-RS, sito à rua São Luiz, nº 77, Térreo, Bairro Santana, Porto Alegre/RS, CEP 90.620-170;

## 8. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

8.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante designado pelo CONTRATANTE, nos termos da Lei nº 14.133/2021, observado o que segue:

8.1.1. Competirá ao fiscal do contrato dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, de tudo dando ciência à autoridade competente para as medidas cabíveis;

8.1.2. Competirá ao fiscal do contrato solicitar a CONTRATADA e seu(s) preposto(s), ou obter do CREA-RS, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução dos serviços e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;

8.1.3. Competirá ao fiscal do contrato solicitar a CONTRATADA a correção das partes dos serviços executadas com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações constantes neste instrumento;

8.1.4. Competirá ao fiscal do contrato encaminhar para a CONTRATADA, fazendo juntada dos documentos necessários, relatório das ocorrências (falhas) observadas na execução, e encaminhar à autoridade competente as solicitações de penalidades aplicáveis pelo não cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA;

8.1.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas. Na ocorrência destas, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE, ou de seus agentes e prepostos, em conformidade a Lei 14133/2021;

8.1.6. Em concordando com os itens entregues/serviços prestados, o fiscal do contrato deverá atestar as notas fiscais/faturas emitidas pela CONTRATADA, para posterior pagamento.

8.1.7. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à

autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.1.8. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa, mediante atesto recebimento dos serviços prestados pelo fiscal de contrato.

8.1.9. O fiscal de contrato deverá informar ao gestor do contrato eventuais falhas quando da prestação dos serviços pela contratada.

8.1.10. O gestor do contrato, com base nas informações encaminhadas pelo fiscal de contrato, tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

8.1.11. A execução dos serviços contratados deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.1.12. Indica-se para a fiscalização desta contratação o funcionário **Reinaldo André Peruzzo, matrícula 1219**, do Núcleo de Infraestrutura Tecnológico (NITE).

8.1.13. O gestor do contrato, automaticamente, é o Gestor de Administração e Finanças, área responsável pela Gerência solicitante.

## **9. CONDIÇÕES GERAIS - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

9.1. A CONTRATADA deve executar os serviços quando acionados por meio dos canais disponibilizados por ela, tais como: e-mail, telefone, celular, whatsapp, web-page, sistema próprio ou por outro meio de contato em comum acordo entre as partes.

9.2. A CONTRATADA deverá atender aos prazos, níveis de serviços (SLA) e critérios de qualidade estabelecidos neste Termo de Referências.

9.3. Garantir a rastreabilidade das demandas e entregas, mantendo registro atualizado em conformidade com o SLA, **no Anexo I – SLA**.

9.4. Permitir e facilitar o acompanhamento, fiscalização e monitoramento pela Administração, inclusive por meio de relatórios de execução, apontamentos técnicos e reuniões de alinhamento sempre que necessário.

9.5. Caberá à CONTRATADA responsabilizar-se pelo sigilo e segurança das informações, código-fonte, dados e artefatos produzidos ou acessados e documentos do CONTRATANTE, sob pena de ser responsabilizada em ações civis e criminais.

9.6. Cumprir integralmente as legislações aplicáveis, as normas internas da Administração contratante e as boas práticas de desenvolvimento seguro de software.

## **10. SUBCONTRATAÇÃO**

10.1. Não será permitida a subcontratação do objeto contratual.

## **11. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO / VISTORIA**

11.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. Não há necessidade de realização de vistoria.

## **12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

**Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156,](#)

[§ 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

**Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**Multa:**

**É facultado à Administração promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o art. 137 da Lei nº 14.133 de 2021.**

Para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 15% a 20% do valor do Contrato.

Para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10% a 15% do valor do Contrato.

Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 7% a 10% do valor do Contrato.

Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 7% do valor do Contrato.

12.3. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 2% a 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.10. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.11. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).



12.15. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

### **13. DEVERES DA CONTRATADA:**

13.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

13.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

13.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

13.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

13.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

13.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

13.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

13.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

13.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



- 13.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 13.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 13.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 13.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 13.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

#### **14. DEVERES DA CONTRATANTE:**

- 14.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 14.2. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 14.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 14.4. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 14.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 14.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 14.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 14.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado.
- 14.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 14.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **15. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD**

- 15.1. *A contratada compromete-se cumprir fielmente a Lei Geral de Proteção de Dados, nos termos e condições a seguir relacionados:*
- 15.2. A empresa CONTRATADA, por si, seus representantes legais, funcionários, prepostos e colaboradores, obriga-se a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física ("Titular") identificada ou identificável ("Dados Pessoais") e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados"), além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos Dados Pessoais vinculados ao CREA-RS.
- 15.3. A empresa CONTRATADA obriga-se a manter os Dados Pessoais a que tiver acesso em sigilo, adotando medidas técnicas e administrativas aptas a protegê-los contra acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão ("Tratamento não Autorizado ou Incidente"), bem como a não utilizar, compartilhar ou comercializar quaisquer elementos de dados pessoais que passe a ter acesso a partir da assinatura deste termo, sendo igualmente vedada a utilização desses dados após o término da finalidade para a qual foram coletados
- 15.4. A empresa CONTRATADA, por si e seus funcionários, prepostos e colaboradores, compromete-se a:

- 15.5. Tratar como confidencial todos os documentos e dados a que vier a ter acesso em razão da intenção de firmar contrato.
- 15.6. Tratar os documentos e os dados pessoais com o mesmo nível de segurança que trata seus documentos, dados e informações de caráter confidencial
- 15.7. Tratar e usar os dados pessoais coletados para os fins de celebrar futuro contrato, mantendo-os registrados, organizados, conservados e disponíveis para consulta
- 15.8. Realizar o compartilhamento dos dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento inequívoco, ou nas situações legalmente previstas ou acordadas com o CREA-RS
- 15.9. Tratar os dados de modo compatível com as finalidades para as quais tenham sido coletados e pelo mínimo de pessoas possível, devendo ser as mesmas identificáveis
- 15.10. Conservar os dados apenas durante o período necessário à celebração da contratação. Quando da finalização da contratação, a empresa CONTRATADA poderá manter os dados pelo prazo necessário ao cumprimento de eventual obrigação legal, garantindo a sua efetiva confidencialidade
- 15.11. Notificar o CREA-RS, no prazo de até 24 horas, caso haja alguma suspeita ou incidente de segurança concreto envolvendo dados pessoais, informando os tipos de dados pessoais potencialmente comprometidos ou vazados; quaisquer medidas para mitigação ou remediação tomadas ou planejadas em resposta ao incidente, devendo prestar toda a colaboração necessária a qualquer investigação que venha a ser realizada.
- 15.12. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados, dos respectivos direitos de informação, acesso, revogação, oposição e portabilidade
- 15.13. Assegurar que todas as pessoas que venham a ter acesso aos dados pessoais no contexto deste termo, cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares
- 15.14. Os dados coletados poderão estar armazenados em ambiente seguro e controlado pela empresa CONTRATADA, ou de terceiro por ele contratado desde que este terceiro assuma, por escrito, as mesmas responsabilidades em relação a proteção de dados assumidas pela empresa CONTRATADA, não podendo guardar, armazenar ou reter os dados por tempo superior ao prazo legal
- 15.15. A empresa CONTRATADA se compromete a devolver ou excluir os Dados que vier a ter acesso, em até 30 (trinta) dias, nos casos em que (i) o CREA-RS solicitar; (ii) o contrato não for renovado ou, se renovado, for rescindido
- 15.16. A empresa CONTRATADA será responsável por quaisquer danos causados em decorrência da violação de suas obrigações no âmbito desta contratação, da violação da legislação de proteção de dados em vigor ou da violação de qualquer direito dos titulares de dados, devendo ressarcir ao CREA-RS por todo e qualquer gasto, custo, despesas, honorários e custas processuais efetivamente incorridos ou indenização/multa paga em decorrência de tal violação
- 15.17. O instrumento contratual constitui o acordo integral entre as Partes quanto a seu objeto, substituindo qualquer outro acordo sobre tal matéria. Alterações, aditamentos e renúncias ao contrato deverão ser realizados por escrito.
- 15.18. A forma de celebração contratual por meios eletrônicos, digitais e informáticos, é reconhecida como válida e plenamente eficaz, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação fora dos padrões ICP-BRASIL, conforme disposto no artigo 10, da Medida Provisória nº 2.200/2001 em vigor
- 15.19. A invalidade de uma ou mais disposições contratuais não afetará a validade das demais condições. A disposição inválida será substituída, mediante acordo mútuo, por uma disposição que seja adequada para os mesmos fins, considerando-se os interesses de ambas as Partes.

***Este Termo de Referência deve ser assinado pelo Setor Requisitante/Gerência, e assinado pela Autoridade Competente/Presidente como aprovação.***

**DE ACORDO, AUTORIZA-SE.**



Documento assinado eletronicamente por **GILMAR NASCIMENTO DA CUNHA, Gerente**, em 23/12/2025, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIS SIDNEI BARBOSA MACHADO, Gestor(a) de Administração e Finanças Interino(a)**, em 23/12/2025, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **NANCI CRISTIANE JOSINA WALTER, Presidente**, em 07/01/2026, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.crea-rs.org.br/validar.html>, informando o código verificador **3567398** e o código CRC **6763EA7F**.

---